

III - Resumo Não Técnico do RELATÓRIO AMBIENTAL





VASTUS

Gabinete de Projecto, Planeamento e Ambiente, Lda.

Janeiro de 2015

Câmara Municipal de Mondim de Basto

Avaliação Ambiental Estratégica
Resumo Não Técnico do Relatório Ambiental
Revisão do PDM de Mondim de Basto

Equipa técnica:

VASTUS, GABINETE DE PROJECTOS, PLANEAMENTO E AMBIENTE, Lda.

Isabel Maria Matias

Pascal Pereira

INNOVMODEL SUSTAINABILITY, Lda.

Helena Ferreira

Carla Santos



VASTUS

Gabinete de Projecto, Planeamento e Ambiente, Lda.

1 – Introdução	3
2 - Objectivos e metodologia de AAE	3
3 - Objecto da avaliação	5
4 - Factores Críticos para a Decisão	7
5 – Análise e Avaliação por Factores Críticos para a Decisão	12
5.1 - Recursos Naturais e Culturais.....	12
5.1.1 - Análise Tendencial.....	12
5.1.2 – Avaliação de impactes - oportunidades e riscos.....	15
5.2 – Sistema Urbano e População	20
5.2.1 - Análise Tendencial.....	20
5.2.2 – Avaliação de impactes - oportunidades e riscos.....	22
5.3 – Actividades Económicas.....	24
5.3.1 - Análise Tendencial.....	24
5.3.2 – Avaliação de impactes - oportunidades e riscos.....	27
6 – Linhas de Orientação Estratégicas.....	30
6.1 - Implementação	30
6.2 - Governança para Acção	34
6.3 - Monitorização.....	36
7 – Conclusões	41
8 – Plantas de Ordenamento e Condicionantes	43



VASTUS

Gabinete de Projecto, Planeamento e Ambiente, Lda.

1 – Introdução

A responsabilidade da elaboração da *Avaliação Ambiental (AA)* é do proponente do PDM, que deverá determinar o âmbito e alcance da mesma, consultando entidades e população em geral, procedendo, para o efeito à elaboração do *Relatório Ambiental*, disponibilizando-o para consulta pública e institucional, culminando com a apresentação da *Declaração Ambiental* à Agência Portuguesa do Ambiente.

É nesse contexto que se elabora o presente *Resumo Não Técnico*, sendo uma peça autónoma que integra a Avaliação Ambiental (AA) da revisão do Plano Director Municipal (PDM) de Mondim de Basto.

Tem como objectivo produzir uma síntese dos conteúdos tratados na AA, facilitando a sua divulgação à população de forma generalizada. Assim, e recorrendo a uma linguagem clara, procura-se resumir as informações contidas no Relatório Ambiental (RA), cumprindo o estipulado na alínea *i*) do artigo 6º do Decreto-Lei nº 232/2007 de 15 de Junho.

Para um aprofundamento da temática contida no dito RA, deverá proceder-se à consulta do mesmo, que se constitui como o corolário de todo o processo de Avaliação Ambiental da revisão do PDM de Mondim de Basto.

2 - Objectivos e metodologia de AAE

A fase adiantada em que se encontrava o processo de revisão do PDM de Mondim de Basto (iniciada em 2005), quando da publicação da legislação de enquadramento da AA, veio diminuir a capacidade de influência na estratégia adoptada pelo Plano, pelo que se recorreu a um método semelhante, mas mais focalizado na avaliação das soluções propostas no PDM e os seus efeitos, ou seja procurou-se avaliar os impactes das soluções propostas na *Revisão do PDM de Mondim de Basto*, sobre um conjunto de factores ambientais.

A metodologia proposta resume-se da seguinte forma:



VASTUS

Gabinete de Projecto, Planeamento e Ambiente, Lda.

1 - Factores Críticos para a Decisão e Contexto para a AAE

- Identificar o objecto de avaliação;
- Identificar os *Factores Críticos para a Decisão*;
- Identificar os objectivos da AAE;
- Estabelecer o fórum apropriado de actores e a estratégia de comunicação e envolvimento;
- Estabelecer a integração entre processos e identificar as janelas de decisão.



Elaboração do documento:

Definição de Âmbito

2 - Análise e Avaliação

- Analisar as principais tendências ligadas aos *Factores Críticos para a Decisão* (FCD);
- Avaliar e comparar opções que permitam escolhas;
- Avaliar oportunidades e riscos das propostas;
- Desenvolver um programa de seguimento (directrizes de planeamento, monitorização, gestão e avaliação) e os arranjos institucionais necessários a uma boa *governança*.



Elaboração do documento:

Relatório Ambiental

Resumo Não Técnico

Na sequência da Discussão Pública efectuada ao PDM, será preparada uma Declaração Ambiental, cumprindo os requisitos legais nesta matéria, seguindo o processo com a execução e monitorização do PDM.



VASTUS

Gabinete de Projecto, Planeamento e Ambiente, Lda.

3 - Objecto da avaliação

O objecto da avaliação ambiental estratégica é a Revisão do Plano Director Municipal do concelho de Mondim de Basto, que se encontra actualmente em Proposta Final de Plano.

A revisão do PDM de Mondim de Basto tem por objectivo estabelecer o modelo de estrutura espacial do território municipal, constituindo uma síntese da estratégia de desenvolvimento e ordenamento a partir da qualificação do solo, definindo as estratégias de localização, distribuição e desenvolvimento das actividades humanas.

As dinâmicas verificadas neste concelho durante a última década, levaram à necessidade de definir novos objectivos para o território de Mondim de Basto, que se adaptem aos novos desafios que os municípios enfrentam, harmonizando o ordenamento concelhio com o da região, integrando as opções de âmbito nacional e regional e servindo, por sua vez, de enquadramento a outros planos locais, respondendo também à necessidade de actualização de estratégias a vários níveis.

Assim, foram definidos um conjunto de objectivos estratégicos e estruturantes, que procuram conduzir os destinos deste município em direcção aos novos desafios ao nível económico, social, cultural e ambiental.

Por esse motivo, as **estratégias de desenvolvimento** do concelho e o seu ordenamento territorial neste novo quadro de acontecimentos e de prioridades, destacam:

1. **Consolidação das áreas urbanas com tendência à dispersão (no eixo do Tâmega) e adequação da estrutura urbana, nos aglomerados de montanha, ao sistema urbano municipal;** consolidação do papel e das funções urbanas da vila do Mondim de Basto, consolidando o seu e outros perímetros urbanos do eixo do Tâmega, propenso à dispersão residencial, bem como adequar a estrutura urbana dos aglomerados urbanos de montanha, dotando-os de redes de equipamentos de



VASTUS

Gabinete de Projecto, Planeamento e Ambiente, Lda.

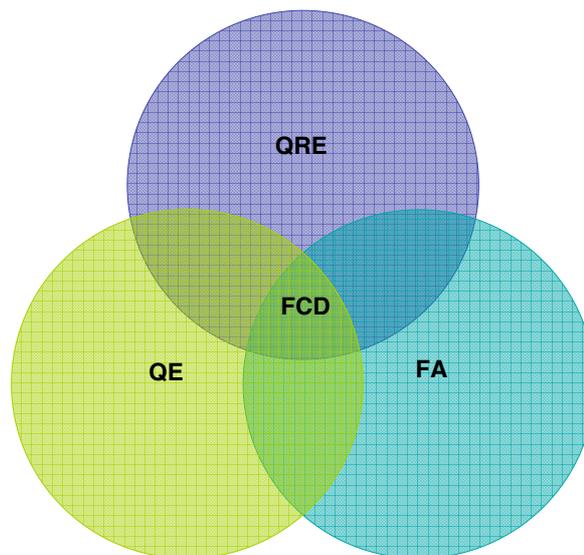
utilização colectiva, de infra-estruturas básicas e melhorando as ligações internas, capacitando as populações rurais para a fixação nas freguesias de origem.

2. **Valorização e protecção dos recursos ambientais, paisagísticos e culturais;** protecção dos recursos naturais e culturais, valorizando-os numa perspectiva de oportunidade ambiental e turística, promovendo uma exploração destes recursos (ex: recursos geológicos e florestais) de forma sustentável e com garantias de compatibilidade de usos do solo, prevenindo e minimizando os riscos naturais e tecnológicos.
3. **Dotação de meios e equipamentos colectivos de protecção social à primeira infância e aos idosos;** sendo este um concelho envelhecido, surge como imperativo garantir a universalidade de acesso aos serviços de apoio social, sobretudo aos idosos e à primeira infância (não só mas principalmente aos habitantes dos aglomerados mais periféricos), melhorando a sua qualidade de vida e promovendo um desenvolvimento equilibrado.
4. **Valorização e adequação das praticas agrícola e florestal;** o sector agro-silvopastoril concelhio ainda apresenta uma importância relativa, quer social quer económica, ambiental e paisagística, importando valorizar e apoiar a sua modernização e competitividade evitando o seu abandono e os riscos associados (incêndios etc), protegendo as marcas da paisagem e os produtos que resultam destas actividades.

4 - Factores Críticos para a Decisão

Os Factores Críticos para a Decisão (FCD) “*Constituem os temas fundamentais para a decisão sobre os quais a AA (da revisão do PDM) se deve debruçar*”, ou seja são o ponto de partida que irá guiar a avaliação ambiental presente e a monitorização futura.

Estes FCD resultam de um cruzamento do chamado *Quadro de Referência Estratégico* (QRE), que mais não são que Planos e Programas com orientações, estratégias e medidas concretas em diversas valências da ocupação do solo e que têm incidência no território de Mondim de Basto, com as Questões Estratégicas (QE) preconizadas para o concelho e de um conjunto de Factores Ambientais (FA) definidos em legislação própria.



Essa análise permitiu chegar a três *Factores Críticos* que irão suportar a avaliação ambiental, e que aqui são apresentados seguidamente:

➤ Recursos Naturais e Culturais

Os recursos naturais e culturais apresentam uma importância significativa na região em causa e no concelho de Mondim de Basto, quer pela sua diversidade e qualidade paisagística que reflectem, atestado pelo Parque Natural do Alvão, quer pelas características intrínsecas que apresentam e que importa identificar, preservar e ordenar



VASTUS

Gabinete de Projecto, Planeamento e Ambiente, Lda.

de forma a evitar conflitos de usos que degradem os bens identificados. A área florestal assume, neste território, uma importância acrescida devido ao facto de ocupar uma área extensa, de estar sujeita ao Regime Florestal e, por se encontrar subaproveitada relativamente ao potencial existente.

➤ Sistema Urbano e População.

A actuação que se promove em termos de estratégia e organização equilibrada do território vertida na revisão do PDM de Mondim de Basto terá como vector direccionado, a fixação da população no concelho, controlando o abandono populacional que afecta este território, proporcionando um aumento da qualidade de vida dos seus habitantes. Deste modo, as dinâmicas populacionais associadas à componente habitacional, a capacidade de responder às necessidades crescentes de serviços à população rural, seja pelas marcas antropogénicas no equilíbrio ambiental que sempre derivarão de um aumento de consumo da população local e do aumento de afluxo de turistas, serão as condições basilares de toda a evolução que se verificará no panorama local.

➤ Actividades Económicas.

A revisão do PDM cuja solução final é avaliada, intervém de uma forma clara e abrangente sobre as actividades económicas com especial ênfase nos sectores da indústria extractiva, no sector florestal e turístico, mas também em factores conexos, como a qualificação e formação da população, embora indirectamente e também sobre os impactes associados às áreas empresariais, como factores de diversificação da economia local. Nos territórios de baixa densidade em que muitas questões infra-estruturais e de equipamentos já se encontram resolvidas ou em fase de resolução a criação de emprego e promoção da dinâmica empresarial são fulcrais para o seu futuro, como é o caso de Mondim de Basto, cujo PDM se avalia. No trinómio da sustentabilidade a parte económica aqui apresenta-se com um grande factor crítico, quiçá o principal, que ditará o panorama global de Mondim de Basto. Estas questões relacionam-se com a escolarização e qualificação da população, com rácios claramente negativos quando analisados no cômputo tanto regional, como nacional que condicionam o futuro deste



VASTUS

Gabinete de Projecto, Planeamento e Ambiente, Lda.

concelho e circundantes. Então a questão que se coloca será pertinente: a solução apresentada em termos de ordenamento territorial e programação da sua execução contribuiu para o desenvolvimento económico sustentável do concelho?

A cada um destes *Factores Críticos de Decisão*, estão associados critérios de avaliação e objectivos de sustentabilidade, apresentando-se também os indicadores respectivos, que irão estruturar a análise tendencial a realizar no âmbito da AA, estando elencados na tabela que segue:

Tabela 1 - Critérios, objectivos e indicadores

FCD	Critérios de Avaliação	Objectivos de Sustentabilidade	Indicadores
Recursos Naturais e Culturais	Solo	Distribuição adequada das funções, com a preservação e protecção do recurso solo.	Ocupação e Usos do Solo; Variação da área de solo rural/solo urbano. Solo agrícola por habitante; Variação da área de RAN; Edifícios em solo urbano Edifícios em solo rural Novas edificações em solo urbano/rural;
	Ecosistemas e Áreas Classificadas	Protecção de áreas de maior valor ecológico e de maior fragilidade.	Variação da área de REN; Evolução dos tipos de <i>habitats</i> classificados (<i>Rede Natura 2000, Parque Natural do Alvão</i>) e espécies protegidas; Nº ou extensão das estruturas construídas com efeito fragmentador na paisagem; Estrutura Ecológica Municipal (ha);
	Recursos Florestais	Controlo da monocultura de espécies florestais, favorecendo as espécies autóctones.	Variação da área de floresta de conservação; Variação da área de floresta de produção; Variação anual da área ardida; Evolução do Risco de Incêndio Florestal; Nº de pontos de água; Caminhos florestais e faixas de gestão de combustíveis; Área reflorestada.
	Recursos Geológicos	A exploração dos recursos geológicos com interesse económico local e regional de forma racional e planeada, A salvaguarda dos recursos geológicos de relevância para a economia nacional ou regional;	Nº de explorações de massas minerais licenciadas e depósitos minerais concedidos; Áreas potenciais em recursos geológicos (km ²).
	A recuperação das explorações desactivadas permitindo uma reintegração na sua paisagem;	Rácio de explorações recuperadas/total	



Gabinete de Projecto, Planeamento e Ambiente, Lda.

FCD	Critérios de Avaliação	Objectivos de Sustentabilidade	Indicadores
	Recursos Hídricos	Protecção dos recursos hídricos.	População servida com sistemas de abastecimento de água; População servida por sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais; Proporção de perdas de água na rede de abastecimento; Qualidade da água (superficial e subterrânea); Nº de focos de degradação do meio hídrico.
	Recursos Arquitectónicos e Arqueológicos	Protecção e valorização dos Valores Culturais.	Nº/conjuntos/sítios classificados; Despesas correntes da CM com o património.

Tabela 1 (continuação) - Critérios, objectivos e indicadores

FCD	Critérios de Avaliação	Objectivos de Sustentabilidade	Indicadores
Sistema Urbano e População	Estrutura do Povoamento	Promoção de um sistema urbano equilibrado e compatível com a evolução demográfica verificada.	Variação populacional por freguesia; Variação de alojamentos por freguesia; N.º de reconstruções/100 construções novas; Valências de equipamentos colectivos, por freguesia e habitante.
		Adequação do consumo de solo destinada à função habitacional.	% de UOPG´s realizadas; Evolução da densidade populacional dos principais aglomerados urbanos; Licenciamento de edifícios (nº) Evolução do Nº de edifícios por habitante/freguesia; Normas de edificação em solo rural e urbano; Evolução das áreas urbanas consolidadas;
	Efeitos Antrópicos	Minimização dos impactes relacionados com as actividades humanas.	Emissão de GEE (por tipologia de consumo de energia) por habitante; Evolução da produção e taxa de tratamento de resíduos urbanos, industriais e agro-pecuário; Área/população sujeita a níveis de ruído superiores ao permitido pela lei.
	Equidade Social	Equilíbrio da rede de equipamentos e serviços de proximidade às populações e aumento da qualidade de vida.	Evolução do índice de dependência de idosos; Nº de vagas em equipamentos sociais de apoio aos idosos (Centro dia, lares etc.) e à primeira infância (creches etc.) por habitante em cada freguesia; Níveis de serviço dos equipamentos culturais e desportivos; Áreas destinadas a Equipamentos de Utilização Colectiva; Acessibilidade a equipamentos e serviços de proximidade; Distância/tempo à sede de concelho em transporte público; Taxa de cobertura da rede de transportes públicos;



VASTUS

Gabinete de Projecto, Planeamento e Ambiente, Lda.

Tabela 1 (continuação) - Critérios, objetivos e indicadores

FCD	Critérios de Avaliação	Objetivos de Sustentabilidade	Indicadores
Actividades Económicas		Valorização das actividades económicas apoiadas nos recursos endógenos	Variação da SAU. Variação das principais culturas agrícolas; Efectivo pecuário por espécie; Acções de classificação de valores do Mundo Rural; N.º de projectos envolvidos no PROVERE alvo de incentivos; Nº de explorações agrícolas certificadas; Operadores de agricultura biológica, por tipo; Quantidade produzida e valor da produção das pedreiras;
	Desenvolvimento Local	Dinamização da actividade turística e captação de produtos turísticos sustentáveis	Variação do Nº de turistas/ano; Evolução de Rotas Turísticas e percursos pedestres (km); Proporção de alojamentos familiares clássicos vagos (%); Proporção de alojamentos correspondentes a habitação secundária; Implementação turística em solo rural (Nº de camas);
		Dinamização dos espaços de actividades económicas	Taxa de ocupação dos espaços de actividades económicas; Evolução do nº de empresas instaladas, por tipo de actividade;
	Emprego	Aumentar a qualificação da população activa, compatibilizando com a estrutura urbana e populacional do município	Taxa de desemprego; Nº de beneficiários dependentes do sistema de assistência social; Qualificações da população empregada; Taxas de Abandono escolar e abandono precoce de educação e formação; Nº de iniciativas de formação profissional; Proporção Emprego em SIC; % de Emprego Qualificados (valorizados);

Se bem que o PDM proposto não contempla, explicitamente, alternativas diversas para os usos do solo, isso não significa que elas não existam, uma vez que foram adoptados determinados princípios, orientações e opções definidas quer pela legislação actual, quer pelas acções de acompanhamento, pelos organismos da tutela, etc., que permitiram chegar a uma proposta de ordenamento, tendo sido refutadas implicitamente outras opções.



VASTUS

Gabinete de Projecto, Planeamento e Ambiente, Lda.

O processo de AAE contempla, como um dos elementos da metodologia, a realização de cenarizações, ou seja, qual o cenário que se produziria caso não se aplique o Plano Proposto (Cenário Um), como forma de avaliação dos efeitos que se produziriam em termos de ordenamento do território caso não se aplique o mesmo.

Este RA, toma em consideração a alternativa Zero – manutenção da situação actual (PDM Actual), e a alternativa resultante da implementação do PDM Revisto/Proposto, pelo que se irá realizar a avaliação dos Factores Críticos de Decisão (à luz dos seus indicadores) tendo em conta cada um desses cenários.

Assim as alternativas consideradas são as seguintes:

- **Cenário 0** - Corresponde ao cenário tendencial resultante da continuação com o actual PDM de Mondim de Basto – correspondendo aos pontos *Situação Actual e Análise Tendencial*.
- **Cenário 1** - Refere-se à aplicação do PDM Revisto/Proposto que actualiza as normativas em diversas matérias, os usos do solo propostos para o concelho de Mondim de Basto, etc. – correspondendo ao ponto *Avaliação de impactes - oportunidades e riscos*.

5 – Análise e Avaliação por Factores Críticos para a Decisão

5.1 - Recursos Naturais e Culturais

5.1.1 - Análise Tendencial

Com a manutenção do actual PDM, ao solo continuaria a faltar uma estratégia efectiva de protecção, apresentando uma tendência de evolução negativa, continuando a dispersão urbana (residencial e outra) conduzindo a um aumento da pressão sobre o solo agrícola, facilitando o empobrecimento deste, mas também o seu abandono, aumento do risco de incêndio, erosão do solo, etc, contribuindo para a não materialização dos objectivos de sustentabilidade. Contudo, com a entrada em vigor do Decreto-lei 124/2006 de 28 de Junho e as alterações introduzidas pelo Decreto-lei



VASTUS

Gabinete de Projecto, Planeamento e Ambiente, Lda.

17/2009 de 14 de Janeiro, aumenta substancialmente a parcela onde é possível edificar em solo rural, podendo servir de barreira a essa dispersão.

As áreas classificadas e os ecossistemas podem vir a fragmentarem-se e isolarem-se cada vez mais, em resultado da proliferação das barreiras lineares, bem como a proliferação do povoamento disperso, beneficiando o isolamento genético das populações, diminuindo a biodiversidade e a capacidade de resistência às perturbações externas. A inexistência de uma Estrutura Ecológica Municipal no PDM actual também não contribui para a desejável salvaguarda, protecção e valorização ambiental do concelho e da região onde se insere, bem como a indefinição da importância ambiental dos corredores naturais. O facto de não existir uma compatibilização do solo ao nível do PDM em vigor e da Rede Natura 2000 local e do PNAL, bem como o desajuste do regulamento do PDM em vigor em relação às orientações de gestão destas áreas poderá provocar constrangimentos para a correcta gestão das mesmas, situação esta muitas vezes apontada como problemática.

A manutenção da situação actual provocará ainda uma evolução negativa dos recursos florestais, uma vez que a floresta autóctone poderá ver a sua área diminuir, sendo substituída por outras espécies invasoras ou de produção de eucalipto por exemplo. Ao diminuir a diversidade florística, suporte de abrigo e alimento da fauna local, promove-se uma mais fácil propagação de incêndios florestais, à medida que as práticas florestais e agrícolas vão perdendo a importância de outrora, e a floresta se vai mono-especializando. O abandono agrícola, poderá por outro lado beneficiar o avanço da floresta, mantendo-se a ocupação dos espaços florestais, e a edificabilidade nesses espaços desactualizada em relação as orientações de Planos de escala superior.

A exploração dos recursos geológicos, importante actividade económica em Mondim de Basto, apresenta impactes ambientais relevantes. Actualmente decorre um processo de legalização das pedreiras existentes no concelho, algumas coincidentes com REN, não estando prevista nenhuma categoria no PDM em vigor, nem é regulamentada a actividade no articulado do mesmo.

Actualmente, os recursos hídricos continuam a sofrer com os problemas de poluição hídrica, resultante da falta de cobertura total de redes de saneamento, mantendo a falta de coesão territorial neste domínio, diminuindo progressivamente a qualidade das águas superficiais, sofrendo as margens das linhas de água uma destruição da vegetação associada, aumentando a sua impermeabilização e ocupação, com um consequente aumento de escoamento torrencial e de acidentes naturais, causadores de grandes prejuízos para a economia local. Por outro lado, o investimento previsto ao nível do saneamento, poderá inverter esta tendência negativa.

No que diz respeito aos recursos arquitectónicos e arqueológicos, apesar do vasto património identificado no concelho, com imprecisões na sua localização devido á cartografia de base obsoleta, este poderá sofrer com um certo carácter estático na sua valorização, estando limitado á sua identificação, sem o desejável estudo, classificação e consequente valorização/protecção.

Tabela 2 – Análise Tendencial do FCD Recursos Naturais e Culturais

FCD	Critérios de Avaliação	Objectivos de Sustentabilidade Situação Actual	Evolução tendencial com PDM em vigor
Recursos Naturais e Culturais	Solo	Distribuição adequada das funções, com a preservação e protecção do recurso solo.	←
	Ecosistemas e Áreas Classificadas	Protecção de áreas de maior valor ecológico e de maior fragilidade.	←
	Recursos Florestais	Controlo da monocultura de espécies florestais, favorecendo as espécies autóctones.	→
	Recursos Geológicos	A exploração dos recursos geológicos com interesse económico local e regional de forma racional e planeada, salvaguardando-os e promovendo a recuperação ambiental das explorações desactivadas.	←
	Recursos Hídricos	Protecção dos recursos hídricos.	←
	Recursos Arquitectónicos e Arqueológicos	Protecção e valorização dos Valores Culturais.	≡



VASTUS

Gabinete de Projecto, Planeamento e Ambiente, Lda.

LEGENDA				
Tendência de Evolução				
	Negativa Afastamento dos objectivos e metas	Sem alteração significativa	Positiva Aproximação aos objectivos e metas	
Distância aos objectivos de sustentabilidade	Muito Distante	Distante	Próximo	Muito Próximo

5.1.2 – Avaliação de impactes - oportunidades e riscos

Solo

A proposta do novo PDM procura ordenar o solo rural, apostando na protecção do recurso solo, evitando a sua erosão e ocupação indevida, mantendo a diversidade dos valores naturais associados, ao manter os *habitats* suporte de várias espécies, estabelecendo condicionantes à edificação em áreas rurais, promovendo a nucleação dos espaços urbanos consolidados. Neste aspecto, importa referir as recentes orientações definidas no PROTn para o Solo Rural relativamente ao Regime de Uso do Solo, concretamente no aspecto da edificabilidade, uma vez que este preconiza a utilização do solo rural destinada à produção agrícola, pecuária e florestal, à exploração dos recursos geológicos bem com à conservação de recursos naturais, ambientais, culturais e paisagísticos, definindo concretamente os parâmetros para a edificabilidade em Solo Rural. Assim sendo a Versão Final do Regulamento transpõe esses parâmetros para o regime definido nas categorias do Solo Rural.

Na revisão do PDM de Mondim de Basto, a RAN apresenta uma área superior à existente actualmente, resultante de um maior número de áreas incluídas relativamente às áreas excluídas, adaptando-se assim à realidade da estrutura de povoamento do território, resultando numa variação positiva. Desta forma, a RAN final passa a ser 1288,84 ha aproximadamente, o que corresponde a uma variação de 18,14%.



VASTUS

Gabinete de Projecto, Planeamento e Ambiente, Lda.

Ecosistemas e Áreas Classificadas

A delimitação de uma EEM versada na revisão do PDM vai de encontro à necessidade de uma melhor protecção e valorização das áreas culturais, agrícolas, florestais e naturais concelhias totalizando 12123,7 ha (ver Figura 7). Na REN delimitada na revisão do PDM, foram tidos em consideração a metodologia mais actual na definição dos sistemas de REN, sobretudo na delimitação das cabeceiras de linhas de água, duplicando a área desse sistema para os 2696 ha. No total dos sistemas da REN, ouve uma ligeira diminuição de -0,3%, torna-se mais adequada à estrutura biofísica do território e por conseguinte mais abrangente, melhorando a protecção dos ecossistemas associados e a prevenção face a determinados riscos, promovendo uma maior continuidade física entre sistemas. Relativamente a outros espaços de maior valor ecológico, estes foram incluídos na proposta de Plano apresentada, integrando por exemplo os *habitats* naturais da Rede Natura 2000 em categorias e regimes de usos de ocupação do solo compatíveis. Relativamente às medidas e orientações de gestão previstas no PSRN2000, considerando que as mesmas apenas serão vinculativos para os particulares quando transpostas para os PMOT, foi o seu regime definido em capítulo próprio do Regulamento e incluídas as Plantas que espacializam os *Valores Naturais* que ocorrem no SIC (PTCON0003), nos Elementos que Acompanham o PDM.

De acordo com o DL 140/99, de 24 de Abril a presente Revisão do PDM constitui uma oportunidade para avaliar a execução dos objectivos das Directivas *Aves* e *Habitats* e para a elaboração do Relatório de Conformidade, pelo que esses elementos seguem em anexo ao Plano. O dito relatório contém informação que explicita a compatibilidade do PDM com os objectivos definidos no *Plano Sectorial da Rede Natura 2000*, tendo servido de suporte à redefinição do solo urbano, evitando sobreposições deste com os *habitats* naturais em presença no concelho.

Com as medidas preconizadas, o contributo da presente Revisão do PDM para a manutenção, conservação e protecção dos valores naturais torna-se mais eficaz e operacional ao nível da gestão urbanística do território municipal, facilitando também um



VASTUS

Gabinete de Projecto, Planeamento e Ambiente, Lda.

maior conhecimento por parte da população local sobre estes espaços, concorrendo também directa e indirectamente para a protecção dessas áreas.

Recursos Florestais

Grande parte da área de intervenção do plano é composta por espaços florestais, tendo sido actualizada a localização das manchas de carvalhais, sobretudo no Parque do Alvão, sendo proposta uma melhor protecção dos povoamentos autóctones (com a inclusão dos sobreirais na Carta de Condicionantes), reorganizando a área afectada à *Floresta de Conservação e de Protecção*, esta sobretudo com função de protecção do solo mas também potenciando a *Floresta de Produção*, importante para a economia local, mantendo o *habitat* da flora e fauna associada e como eventual barreira à progressão de incêndios ao diversificar as espécies florestais. Com o PDM proposto, o espaço florestal afectado à conservação vê o seu valor duplicar, triplicando também a floresta de produção.

O correcto ordenamento dos espaços florestais bem como a protecção dos espaços florestais de conservação, potencia a melhoria ambiental, o turismo rural e outras actividades associadas, melhorando as condições para a desejável fixação da população local.

As propostas relativas aos Espaços Florestais traduzem as orientações definidas pelo PROF Tâmega (PROF-T) para as sub-regiões homogéneas que abrangem o concelho de Mondim de Basto como a sub-região Tâmega, e Alvão-Marvão, relativamente às funções prioritárias aí previstas, assim como as espécies consideradas prioritárias, transpondo para o Regulamento do PDM o regime definido no referido PROF.

Recursos Geológicos

A proposta do PDM em análise, especializa as pedreiras e as áreas com aptidão para a exploração dos recursos geológicos, definindo também no articulado do PDM quais as condições de exploração, bem como o regime de utilização, restringindo a essas áreas e



VASTUS

Gabinete de Projecto, Planeamento e Ambiente, Lda.

aos espaços florestais, dando condições para a correcta exploração desta importante actividade económica local.

Recursos Hídricos

O PDM apresenta nas suas propostas uma maior protecção dos recursos hídricos, desde logo aumentando as áreas integradas nas zonas ribeirinhas, águas interiores e áreas apanhamento, como é exemplo o sistema de Cabeceiras de Linhas de Água (REN), promovendo uma infiltração da água nas cotas mais altas, evitando fenómenos de erosão hídrica, procurando ao mesmo tempo combater o aumento da degradação da qualidade da água do seu principal rio, apresentando orientações para uma maior abrangência da rede pública de saneamento. O correcto ordenamento das margens dos rios também se afigura como uma introdução que o novo PDM configura, uma vez que condiciona a impermeabilização desse solo, alvo de pressões urbanísticas, beneficiando com a redefinição da REN e com a nova proposta de ordenamento.

Recursos Arquitectónicos e Arqueológicos

A importância dos recursos culturais no concelho está patente no número de valores patrimoniais que integram a Planta de Ordenamento do PDM proposto, alargando também a protecção a esses valores não classificados, mas de grande valor cultural, definindo um regime próprio ao nível do (novo) regulamento, beneficiando também da melhoria dos meios informáticos, possibilitando mais e melhor informação. As intervenções nos locais assinalados na referida planta encontram-se condicionadas por tipo e grau de importância, desde o Tipo A, B e C, condicionando a parecer da CM e da tutela, as acções afectas aos vestígios isolados e achados fortuitos.



VASTUS

Gabinete de Projecto, Planeamento e Ambiente, Lda.

Tabela 3 - Oportunidades e Ameaças da Revisão do PDM, relativamente ao FCD Recursos Naturais e Culturais

FCD	Oportunidades	Ameaças
<p>Recursos Naturais e Culturais</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Articulação com Planos e Programas de escala superior - A delimitação de uma nova RAN como forma de assegurar uma maior protecção do melhor solo agrícola - Aumento das áreas naturais de protecção, nomeadamente com a afectação da EEM, integrando-as numa rede supra-municipal de enquadramento e ligação - Melhoria nas condições de fruição das áreas naturais e consequente melhoria da qualidade de vida e saúde da população, fixando-as - Protecção e promoção da diversidade paisagística e maior protecção da flora e fauna autóctones, também através do Regulamento do PDM - Promoção de funções compatíveis com os usos do solo - O controlo da dispersão populacional pelo território (ao nível do Regulamento) permite uma redução da pressão urbanística sobre os recursos naturais - A distribuição adequada dos usos do solo, permite uma melhoria da qualidade ambiental - Aumento da área de floresta autóctone, e a sua valorização regional - A melhoria do ordenamento florestal permite diminuir o risco de perigosidade de ocorrência de incêndios, diminuindo vulnerabilidade das populações isoladas - A defesa dos espaços florestais permite o desenvolvimento produtivo e económico destes e um consequente desenvolvimento local, mantendo as populações nas freguesias de origem - Espacialização dos limites e compatibilização das áreas afectas à exploração dos recursos geológicos, ordenando a actividade - Definição em regulamento das condições de exploração e do regime de utilização dos recursos geológicos - Legalização de pedreiras em exploração - Actualização da metodologia de delimitação da REN, favorecendo um efectivo <i>continuum naturale</i>, uma maior protecção dos cursos de água, leitos e margens e um aumento das áreas estratégicas de protecção e recarga de aquíferos, sobretudo cabeceiras de l. água - O controlo da dispersão populacional pelo território permite uma contenção e controlo dos efluentes domésticos e outros resíduos, diminuindo a proliferação espacial de focos de poluição e uma optimização das infra-estruturas existentes e previstas - A melhoria da qualidade da água, permite uma melhoria na saúde humana e uma maior atracção de actividades turísticas - Articulação dos recursos ambientais com os recursos culturais numa lógica de complementaridade, 	<ul style="list-style-type: none"> - Aumento do consumo do solo - A vertente turística do concelho pode levar a uma descaracterização da paisagem em áreas sensíveis resultante da sobrecarga turística e aumento da pressão antrópica - Aumento da fragmentação territorial e dos efeitos barreira com a reorganização da estrutura viária municipal - Inutilização de áreas de REN e RAN - A concentração do povoamento nos principais pólos, pode levar a um abandono agrícola e um consequente aumento do risco de incêndio florestal em área mais "distantes" desses polos - Dificuldade de mudança dos hábitos relativamente à exploração da floresta de acordo com o previsto no PDM - o desenvolvimento da vertente turística do concelho pode levar a um aumento da contaminação dos aquíferos em resultado do aumento populacional do tipo sazonal - As alterações na impermeabilização do solo podem apresentar alterações do escoamento superficial - Abandono descontrolado de pedreiras incompatíveis com os usos do solo



VASTUS

Gabinete de Projecto, Planeamento e Ambiente, Lda.

FCD	Oportunidades	Ameaças
	<p>promovendo a valorização turística do património existente</p> <ul style="list-style-type: none">- Actualização da caracterização do concelho, permitindo intervir nas áreas críticas identificadas- Agilização na gestão e ordenamento do território com a passagem do PDM para formato digital- A aposta no turismo baseado no espaço rural, permite uma valorização económica e ambiental dos recursos naturais e culturais, preservando e reforçando a atractividade paisagística- Maior protecção de imóveis/conjuntos/áreas de valor histórico-cultural, promove uma maior identidade local- Articulação dos recursos ambientais com os recursos culturais numa lógica de complementaridade, promovendo a valorização turística do património existente- Integração na Planta de Ordenamento do património identificado na Carta Arqueológica	

De referir que a prevista construção do Aproveitamento Hidroelectrico do Fridão, projecto não inserido no âmbito da revisão do PDM que aqui se avalia, e que obrigou a um Estudo de Impacte Ambiental ira acarretar impactes sobre este factor critico de decisão, um pouco sobre todos os critérios de avaliação, quer com a manutenção da situação existente quer com a aprovação do novo PDM de Mondim de Basto, uma vez que haverá perda de solo, quer afecto à RAN, quer em área classificadas como REN, bem como de património arquitectónico e arqueológico. A criação da albufeira, possibilitará uma nova fonte de abastecimento para os equipamentos aéreos de combate aos incêndios, mas também permitirá o usufruto de uma nova área de lazer no concelho, apresentando também impactes sobre os recursos hídricos.

5.2 – Sistema Urbano e População

5.2.1 - Análise Tendencial

Com a manutenção da situação actual, verificar-se-á em algumas freguesias a continuação de uma ocupação do tipo disperso, aumentando o nível de impermeabilização dos solos e os conflitos de uso destes, dificultando também a implementação de equipamento colectivos e serviços, o que dificultará a redução da “distância” das populações a esses bens.



VASTUS

Gabinete de Projecto, Planeamento e Ambiente, Lda.

Cruzando o número de população residente no concelho de Mondim de Basto com o número de equipamento e serviços de apoio à população, pode-se concluir que o concelho já se encontra relativamente bem servido no que diz respeito às diferentes tipologias e para os diferentes escalões etários da população. Pelo que mantendo-se a tendência verificada nos últimos anos, com uma regressão da população residente de 8.573 habitantes em 2001 para 7.493 habitantes em 2011, aliada a um aumento da população idosa, pode-se prever que no período de vigência do PDM proposto aquela situação irá manter-se, importando sim criar novos serviços que permitam à população uma maior proximidade, como sejam o apoio domiciliário aos idosos, o transporte de doentes, de estudantes, etc. de forma a permitir uma maior equidade no acesso aos equipamentos e serviços disponibilizados.

Por outro lado, a implementação do PDM tem revelado algumas dificuldades de articulação entre os princípios de ordenamento do território e as carências habitacionais da população, sendo que a capacidade construtiva, muito reduzida em algumas freguesias rurais desfavorece a fixação da população jovem. Assim a manutenção do actual PDM exacerba estas dinâmicas negativas para o desenvolvimento local, sendo necessário enquadrar as orientações e soluções adequadas no âmbito da política de habitação, de modo a responder as necessidades das populações e (re)equilibrar a distribuição populacional do concelho.

O seguinte quadro sintetiza a análise tendencial do factor crítico para o desenvolvimento “Sistema Urbano e População”, numa situação de manutenção dos objectivos e estrutura do PDM em vigor.

Tabela 4 – Análise Tendencial do FCD Recursos Naturais e Culturais

FCD	Crítérios de Avaliação	Objectivos de Sustentabilidade Situação Actual	Evolução tendencial com PDM em vigor
Sistema urbano e população	Estrutura do Povoamento	Promoção de um sistema urbano equilibrado e compatível com a evolução demográfica verificada	←
		Adequação do consumo de solo destinada à função habitacional	=
	Efeitos Antrópicos	Minimização dos impactes relacionados com as actividades humanas	→
	Equidade social	Equilíbrio da rede de equipamentos e serviços de proximidade às populações e aumento da qualidade de vida	←

LEGENDA				
Tendência de Evolução	←	=	→	
	Negativa Afastamento dos objectivos e metas	Sem alteração significativa	Positiva Aproximação aos objectivos e metas	
Distância aos objectivos de sustentabilidade	Muito Distante	Distante	Próximo	Muito Próximo

5.2.2 – Avaliação de impactes - oportunidades e riscos

Os critérios de ordenamento definidos na proposta de revisão do PDM dão resposta a algumas deficiências detectadas e por outro lado, contrariam tendências insustentáveis identificadas pela aplicação do PDM em vigor.



VASTUS

Gabinete de Projecto, Planeamento e Ambiente, Lda.

Tabela 5 - Oportunidades e Ameaças da Revisão do PDM, relativamente ao FCD População e Sistema Urbano

FCD	Oportunidades	Ameaças
<p>População e sistema urbano</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Articulação com Planos e Programas de escala superior - Melhoria nas condições de fruição das áreas naturais e consequente melhoria da qualidade de vida e saúde da população, fixando-a - A promoção da vertente turística do concelho, promove a fixação da população nas freguesias de origem - A aposta na vertente do turismo de natureza e cultural estimula a protecção dos recursos ambientais, paisagísticos e culturais, com efeitos positivos na dinâmica socioeconómica local - A defesa dos espaços florestais permite o desenvolvimento produtivo e económico destes e um consequente desenvolvimento local, mantendo as populações nas freguesias de origem - O controlo da dispersão populacional pelo território (ao nível do Regulamento) condiciona o aumento das distâncias relativas aos equipamentos e serviços disponíveis - Promoção de funções compatíveis com os usos do solo - Promoção da reconstrução e da reabilitação urbana - Defesa do património construído dos aglomerados urbanos - Introdução de maiores restrições à edificação em solo rural - Definição de um tecido urbano mais adequado às necessidades locais - Compactar a estrutura urbana, colmatando os perímetros urbanos - Libertação da vila das actividades industriais desajustadas à volumetria do edificado e ao uso do solo aí existente - Promoção da coesão territorial e social - Aumento dos programas de apoio à população carenciada - Melhorias na rede de equipamentos públicos de proximidade - A concretização das UOPG previstas no PDM, promete eliminar barreiras arquitectónicas sobretudo em meio urbano - Adequação da rede de equipamentos públicos de proximidade à localização e necessidade do público-alvo - Redução da dispersão das emissões de gases com efeito de estufa, com a diminuição da dispersão habitacional - A definição e exploração de áreas afectas à exploração de recursos geológicos permitem uma maior minimização dos impactes do ruído - Identificação de Zonas Acústicas de Conflito, com a realização do Mapa de Ruído do concelho, e a consequente possibilidade de realização de Planos Municipais de Redução de ruído nessas áreas - Possibilidade de desenvolvimento de rede de transporte local - Actualização da caracterização do concelho, permitindo intervir nas áreas críticas identificadas - Agilização na gestão e ordenamento do território com a passagem do PDM para formato digital 	<ul style="list-style-type: none"> - Incapacidade das orientações do Plano permitir o estancar do êxodo rural - Diminuição considerável da população residente nos 2 últimos anos (pós Censos 2011), consequente essencialmente da emigração - Baixa atractividade das freguesias rurais - Desconhecimento de incentivos à melhoria da eficiência energética e reabilitação urbana - Falta de qualidade arquitectónica aquando da recuperação das edificações - Eventual degradação de património rural com a concentração populacional e abandono de lugares isolados - Aumento do consumo do solo - Baixa taxa de execução das UOPG previstas - A concentração do povoamento nos principais pólos, pode levar a um abandono agrícola e um consequente aumento do risco de incêndio florestal em áreas mais “distantes” desses pólos - Incapacidade de evitar o encerramento de serviços públicos de proximidade - Aumento da distância relativa em consequência do encerramento de serviços públicos de proximidade - Aumento de novos grupos de risco de exclusão social - A vertente turística do concelho pode levar a uma sobrecarga turística e aumento da pressão antrópica sobretudo com a produção de RSU - Diversificação das actividades económicas pode originar aumento de GEE - Aumento da poluição atmosférica e acústica com o aumento da taxa de ocupação das ZI

A futura barragem do Fridão, também causara impactes sobre este factor critico de decisão, quer para o Cenário O, quer para o Cenário 1, uma vez que implicará a deslocação de residentes para locais afastados da cota do NPA, apresentando também



VASTUS

Gabinete de Projecto, Planeamento e Ambiente, Lda.

impactes ao nível do clima (microclima) local, mas também evitará a emissão de varias toneladas de CO₂, estando prevista o melhoramento e criação de novas acessibilidades locais e regionais, aproximando as populações locais.

5.3 – Actividades Económicas

5.3.1 - Análise Tendencial

As transformações sociais e produtivas sofridas pelo sector agrícola são notórias nas últimas décadas, apesar de ainda se fazerem sentir um certo “tradicionalismo” nesse sector. A produção biológica assume-se nos nossos dias, como uma das tendências mais fortes na produção de alimentos, caracterizada pela qualidade dos produtos ao nível do sabor por exemplo, com melhores efeitos ao nível da saúde dos consumidores e com mais respeito pelo ambiente na forma de produção. A diminuição ou a dificuldade dos agricultores chegarem aos fundos disponibilizados pelo PRODER, poderá manter a produção agro-pecuária em níveis incipientes no concelho. Mesmo a manutenção das actividades agrícolas em zonas desfavorecidas como em áreas de montanha ou área de Rede Natura 2000, que beneficiam de medidas agro-ambientais específicas no âmbito do PRODER, poderão vir a desaparecer por esse mesmo motivo (para além de outros), apresentando consequências indesejáveis nos aglomerados populacionais do Parque Natural do Alvão, sobretudo no que diz respeito ao mosaico agro-florestal existente.

Durante o período de vigência do actual PDM, verificaram-se importantes e significativos investimentos autárquicos no sector do turismo, quer a nível privado quer público, com o turismo de natureza em expansão, desenvolvendo-se inúmeras actividades inseridas nesta actividade turística/desportiva, apresentando o concelho uma maior notoriedade turística com a prova da volta a Portugal em bicicleta. O sector do turismo é visto pela autarquia como um sector estratégico, estando previstos projectos como a valorização das Fisgas de Ermelo, a sinalização turística no concelho, a regeneração urbana da Vila de Mondim de Basto, entre outros projectos de valorização do território.

Apesar desta tendência de evolução positiva, as normativas do PDM em vigor, não apresentam orientações específicas que protejam adequadamente e dêem relevância



VASTUS

Gabinete de Projecto, Planeamento e Ambiente, Lda.

aos elementos valorizadores e valorizados turisticamente, o que poderá levar a situações de degradação do património natural local, em consequência do aumento da pressão antrópica e a uma descaracterização de alguns aglomerados rurais e da sua envolvente próxima, em consequência da dispersão do povoamento que o PDM não soube estancar.

Acções como a que a CM de Mondim de Basto apresentou recentemente, junto da Associação de Turismo de Aldeia, candidatando a aldeia de Atei para a sua integração na marca “Aldeias de Portugal”, procurando potenciar o turismo no espaço rural e o aumento das taxas de ocupação do alojamento turístico, a fixação e rejuvenescimento das populações rurais, a valorização e intercâmbio cultural, a recuperação e promoção do património cultural local e a construção de uma rede europeia de alojamento em turismo de aldeia.

A aposta no alojamento turístico encontra-se ainda longe das potencialidades do concelho, com poucas unidades, mesmo em comparação com concelhos vizinhos, com características semelhantes.

Do ponto de vista estratégico, coloca-se, a questão de saber qual a política de apoios adicionais que se deverão promover com vista ao incremento da dinâmica industrial local, de forma a contribuir para promover e enraizar as iniciativas empresariais em curso e criar uma verdadeira cultura industrial, sustentada e profícua para a dinamização e qualificação do emprego. A aplicação por parte da CM do direito de retorno sobre todos os lotes não construídos, aliada a construção da Barragem do Fridão, que prevê a construção de uma variante de Mondim de Basto a Celorico de Basto, que irá contribuir para a melhoria dos acessos ao concelho, terá como consequência a atracção de investimento que poderá solucionar a baixa taxa de ocupação da zona industrial local.

A situação que o país atravessa, no que diz respeito ao mercado de trabalho, com taxas de desemprego elevadas, sobretudo nos jovens, pode agravar a situação de despovoamento que este território vem sofrendo.

Como visto, existe uma tendência de melhoria gradual dos níveis de escolaridade da população local, com uma diminuição das taxas de abandono escolar, que poderá estar

a beneficiar com os baixos níveis de oferta de integração precoce no mercado de trabalho, sobretudo para o nível de ensino secundário. Acções de formação profissional e de educação de adultos, são apostas para tentar inverter os baixos níveis de qualificação da população local, procurando por outro lado adequar a mão-de-obra disponível, para as necessidades do mercado local de trabalho.

Tabela 6 – Análise Tendencial do FCD Actividades Económicas

FCD	CrITÉrios de Avaliação	Objectivos de Sustentabilidade Situação Actual	Evolução tendencial com PDM em vigor
Actividades Económicas	Desenvolvimento Local	Valorização das actividades económicas apoiadas nos recursos endógenos	←
		Dinamização da actividade turística e captação de produtos turísticos sustentáveis	≡
		Dinamização dos espaços de actividades económicas	≡
	Emprego	Aumentar a qualificação da população activa, compatibilizando com a estrutura urbana e populacional do município	→

LEGENDA				
Tendência de Evolução	←	≡	→	
	Negativa Afastamento dos objectivos e metas	Sem alteração significativa	Positiva Aproximação aos objectivos e metas	
Distância aos objectivos de sustentabilidade	Muito Distante	Distante	Próximo	Muito Próximo



VASTUS

Gabinete de Projecto, Planeamento e Ambiente, Lda.

5.3.2 – Avaliação de impactes - oportunidades e riscos

Desenvolvimento Local

O ordenamento do território e o urbanismo prosseguem entre outros objectivos específicos, a melhoria das condições de vida e de trabalho das populações, no respeito pelos valores culturais, ambientais e paisagísticos, a distribuição equilibrada das funções de habitação, trabalho, cultura e lazer e a criação de oportunidades diversificadas de emprego como meio para a fixação de populações, particularmente nas áreas menos desenvolvidas.

A aposta na “nova” agricultura, afigura-se como um dos caminhos a explorar em Mondim de Basto, beneficiando do aumento das áreas de protecção ao melhor solo agrícola (aumento da área classificada como RAN) e da aposta na formação dos jovens nesse sector de actividade, abrindo caminho a novas oportunidades na economia agrícola, com ganho de atractividade junto dos jovens, possibilitando a sua fixação no concelho, caso haja acções que promovam a aquisição ou arrendamento do terreno agrícola por exemplo.

Visando uma aposta na vertente do *Turismo de Natureza* e do *Turismo de Aventura*, com grandes potencialidades neste concelho, (pedestrianismo, BTT, *geocaching*, observação de aves, caravanismo, turismo de habitação, artesanato, etc.) será essencial promover a exploração sustentável dos recursos naturais, mas também potenciar o artesanato local, a agro-pecuária e a silvicultura extensiva. Assim, a conservação da diversidade paisagística, a par da manutenção do modo de agricultura tradicional, do património arqueológico e do património arquitectónico dos edifícios e dos conjuntos e sítios com maior valor de inserção na envolvente, tem especial relevo ao nível da proposta de actuação, facilitando a criação de emprego e qualificações profissionais nestes sectores, numa lógica de integração dos domínios do ambiente, da agricultura e do turismo, promovendo a diversificação da economia local, o emprego e a consequente fixação da população na freguesia de origem.

A zona industrial de Mondim de Basto, que visava promover o emprego local e organizar as diversas actividades dispersas pelas freguesias, quer sejam pequenas indústrias,



VASTUS

Gabinete de Projecto, Planeamento e Ambiente, Lda.

actividades comerciais ou de serviços, não apresentou a dinâmica desejável. A melhoria dos acessos, os incentivos atribuídos pela autarquia, promete reforçar a capacidade de atracção, numa lógica de competitividades desta área, com a desejável instalação de actividades diversificadas, sobretudo as ligadas à inovação e que apresentam desempenhos ambientais mais elevados. A indústria extractiva apresenta uma dinâmica positiva, pelo que deverá ser dada especial atenção a esta dinâmica, prevenindo e diminuindo os impactes associados e não correndo o risco da descaracterização da paisagem destruir o património natural, invalidando as outras formas de geração de riqueza apoiadas nos recursos endógenos.

Emprego

Directamente ligado com as actividades económicas, a qualificação da população no seu global afigura-se como um dos objectivos nacional e local, encontrando na *Carta Educativa do Concelho de Mondim de Basto* uma oportunidade de melhoria dos indicadores educativos locais, bem como de uma reorganização da rede educativa, facilitando equitativamente o acesso educativo/formativo a toda a população Mondinense, ajustando a formação profissional às necessidades do emprego local. A atracção de actividades mais intensivas em conhecimento, tem um papel importante no desenvolvimento de uma região, na medida que promovem a inovação e promovem melhorias nas qualificações dos trabalhadores.



VASTUS

Gabinete de Projecto, Planeamento e Ambiente, Lda.

**Tabela 7 - Oportunidades e Ameaças da Revisão do PDM, relativamente ao FCD
Actividades Económicas**

FCD	Oportunidades	Ameaças
<p>Act. Econo.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - A defesa dos espaços florestais permite o desenvolvimento produtivo e económico destes e um consequente desenvolvimento local, mantendo as populações nas freguesias de origem - Definição em regulamento das condições de exploração e do regime de utilização dos recursos geológicos - A aposta na vertente do turismo de natureza e cultural estimula a protecção dos recursos ambientais, paisagísticos e culturais, com efeitos positivos na dinâmica sócio-económica local - Aumento das áreas naturais de protecção, nomeadamente com a afectação da EEM, integrando-as numa rede supra-municipal de enquadramento e ligação - Melhoria nas condições de fruição das áreas naturais e consequente melhoria da qualidade de vida e saúde da população - as medidas de fixação da população nas freguesias de origem permitem manter a paisagem que depende da acção do homem - A atracção de actividades económicas para os espaços próprios, melhor enquadradas paisagisticamente, permite um aumento da competitividade local - A aposta no turismo baseado no espaço rural, aliada à qualidade arquitectónica das intervenções permitem a manutenção da traça original do edificado vernacular - A aposta no turismo baseado no espaço rural, permite uma valorização económica e ambiental dos recursos naturais e culturais, preservando e reforçando a atractividade paisagística - Actualização da caracterização do concelho, permitindo intervir nas áreas críticas identificadas - Regulamentação de áreas mínimas para a realização de investimentos turísticos em áreas de vocação turística - Ajuste das áreas industriais de acordo com a evolução verificada no período de vigência do plano em vigor - Libertação da vila das actividades industriais desajustadas à volumetria do edificado e ao uso do solo aí existente - Diversificação de actividades instaladas na ZI - Atracção de investimento externo, com as melhorias nos acessos regionais e a modernização das infra-estruturas na ZI - Dinamização do emprego local - Aumento da taxa de população activa - Possibilidade de desenvolvimento de rede de transportes local - Aumento das qualificações da população com o reforço na aposta do ensino profissional - Melhoria das qualificações dos empresários e dos operários locais - Aumento dos investimentos em I&D, com reflexos no aumento das profissões mais qualificadas - Criação de condições para a fixação da população local 	<ul style="list-style-type: none"> - A vertente turística do concelho pode levar a uma descaracterização da paisagem em áreas sensíveis resultante da sobrecarga turística e aumento da pressão antrópica - Diversificação das actividades económicas pode originar novos focos de poluição, caso não sejam promovidas boas práticas ambientais - A concentração do povoamento nos principais pólos, pode levar a um abandono agrícola e um consequente aumento do risco de incêndio florestal em área mais "distantes" desses pólos - Degradação do património edificado devido à falta de financiamento privado - Falta de qualidade nas intervenções de recuperação dos edifícios de arquitectura popular tradicional das aldeias - Incapacidade das orientações do Plano permitir o estacar do êxodo rural - Manutenção do perfil das actividades económicas instaladas - Falta de interesse por parte de empresários e outras entidades no estabelecimento de parcerias e no desenvolvimento de projectos conjuntos - Aumento da polarização do emprego na vila de M. Basto - A procura de mão-de-obra poderá ser baseada em baixas qualificações dependendo das empresas a instalar - Escassez de mão-de-obra qualificada - Aumento da poluição atmosférica e acústica com o aumento da taxa de ocupação das ZI - Incapacidade de conter o abandono escolar

A construção do Aproveitamento Hidroeléctrico do Fridão, permitirá o usufruto de uma nova área de lazer no concelho com capacidade para atrair turistas e desportistas, a



VASTUS

Gabinete de Projecto, Planeamento e Ambiente, Lda.

construção de uma variante a Celorico de Basto e de outras acessibilidades poderá potenciar a zona industrial, apresentando também impactes sobre o emprego, quer directo quer indirecto e um aumento no consumo e serviços locais.

6 – Linhas de Orientação Estratégicas

A fase seguinte da metodologia da AA, consiste em desenvolver um programa de seguimento e os arranjos institucionais necessários a uma boa *governança*.

6.1 - Implementação

Reconhecidas as oportunidades, mas sobretudo as ameaças para os FCD consequentes da implementação da Revisão do PDM de Mondim de Basto, apresentam-se algumas medidas que permitem minimizar os efeitos da implementação do Plano sobre os mesmos FCD, reflectindo também as diversas acções previstas no *Programa de Execução* do PDM em outras peças do mesmo:

Medidas/acções	Execução territorial
Desenvolvimento de acções visando a protecção de espécies e habitats classificadas na área municipal que integra a <i>Rede Natura 2000</i> ;	Programa de Execução; Regulamento e Anexo 3 do Regulamento;
Fazer depender o licenciamento de novas pedreiras do ordenamento proposto e da aplicação do Regulamento	Regulamento; Planta de Ordenamento;
Compatibilizar a localização de novas infra-estruturas com as áreas naturais de maior valor ecológico;	Programa de Execução; Planta de Protecções – Anexo I da Planta de Ordenamento; Planta de Condicionantes; Regulamento e Anexo 3;
Promover a despoluição das linhas de água e assegurar uma correcta manutenção e gestão dos recursos hídricos, visando uma correcta gestão da EEM;	Programa de Execução; Regulamento; Planta de Condicionantes;
Assegurar o cumprimento dos objectivos nacionais, no que diz respeito às metas a atingir no saneamento e abastecimento público de água;	Programa de Execução;



VASTUS

Gabinete de Projecto, Planeamento e Ambiente, Lda.

Articulação entre a nova rede de saneamento e abastecimento com a proposta de solo urbano;	Planta de Ordenamento; Programa de Execução;
Continuar e reforçar a colaboração inter-municipal na gestão de água, energia e resíduos;	Programa de Execução;
Fomentar as actividades de recreio e lazer ligadas ao rio Tâmega, demonstrando a importância deste e de outros valores naturais para Mondim de Basto e para a região;	Programa de Execução; Regulamento e Anexo 4 do Regulamento;
Promover a requalificação das eventuais áreas de passivo ambiental;	Programa de Execução; Regulamento e Anexo 3 e 4 do Regulamento;
Fazer depender o licenciamento urbanístico da adopção de um sistema eficiente de drenagem e tratamento de resíduos urbanos;	Programa de Execução; Regulamento;
Manutenção das galerias ripícolas (corredores ribeirinhos), sobretudo nas áreas que sofrem maior pressão humana;	Programa de Execução; Regulamento e Anexo 3 e 4 do Regulamento; Planta de Condicionantes;
Fomentar as boas práticas no âmbito da gestão florestal, valorizando essa fileira e outras associadas, procurando ao mesmo tempo evitar o risco de erosão afecto à actividade;	Programa de Execução; Regulamento e Anexo 4 do Regulamento; Planta de Condicionantes;
Promover acções de reflorestação em área afectadas por incêndios florestais, dando preferência a espécies adaptadas às condições edafo-climáticas locais;	Anexo 4 do Regulamento;
Promover a protecção do coberto vegetal, reforçando a função de sequestro de carbono;	Regulamento - Anexo 4; Planta de Ordenamento;
Promover a constituição de ZIF's como forma de melhorar o ordenamento florestal;	Regulamento - Anexo 4;
Criar as condições para a implementação das medidas previstas no Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios;	Programa de Execução; Regulamento - Anexo 4;
Promover incentivos à recuperação do património edificado, reaproveitando as estruturas existentes, evitando novos consumos de solo;	Programa de Execução; Planta de Ordenamento;
Implementar acções que conduzam à divulgação e valorização do património cultural (sensibilização, animação turística, etc.);	Programa de Execução;
Articulação do ordenamento com a Carta Arqueológica;	Planta de Ordenamento; Planta de Condicionantes; Carta Arqueológica
Desenvolver acções que fomentem o sentimento de identidade territorial como forma de motivação para a preservação dos valores culturais;	Programa de Execução;



VASTUS

Gabinete de Projecto, Planeamento e Ambiente, Lda.

Aumento do investimento municipal no ambiente e na requalificação dos Espaços Públicos dos aglomerados;	Programa de Execução; Planta de Ordenamento;
Promover as acções e medidas de requalificação urbana e paisagística;	Programa de Execução; Planta de Ordenamento; Regulamento;
Promover medidas de minimização da impermeabilização do solo, fomentando a adopção de técnicas e materiais que o evitem;	Regulamento;
Desenvolver e concretizar as estratégias veiculadas pelo PDM, no que diz respeito ao solo urbanizável, nomeadamente as que respeitam à colmatção das carências habitacionais existentes em algumas freguesias;	Programa de Execução; Planta de Ordenamento; Planta de Condicionantes;
Adoptar medidas de redução/minimização de ruído nas áreas de conflito identificadas a partir da elaboração do Mapa de Ruído, executando, deste modo, o Plano Municipal de Redução do Ruído;	Programa de Execução; Regulamento; Planta de Condicionantes – Anexo I;
Promover a ecoeficiência municipal, nomeadamente ao nível da eficiência energética dos equipamentos públicos e dos sistemas de iluminação pública;	Programa de Execução;
Desenvolver acções para o aproveitamento das fontes de energia limpas fomentando a implementação da micro-geração;	Programa de Execução;
Desenvolver e pôr em prática programas de sensibilização e campanhas de recolha de resíduos tipo "monstros";	Programa de Execução;
Promover acções de formação e sensibilização relativa à reciclagem de resíduos sólidos, junto da população escolar, nos sectores de actividades económicas e ao nível doméstico;	Programa de Execução;
Promover a prevenção da produção de Resíduos Sólidos Urbanos, e incremento da separação na origem;	Programa de Execução;
Promover acções de sensibilização da população local para as questões ambientais e de sustentabilidade;	Programa de Execução; Regulamento anexo 3
Concretizar os projectos de equipamentos colectivos e de infra-estruturas, considerados estruturantes para o reforço do sistema urbano definido no modelo de desenvolvimento territorial local;	Programa de Execução; Planta de Ordenamento;
Garantir o acesso da população aos equipamentos e serviços públicos disponíveis;	Programa de Execução;
Execução dos projectos de reconversão de espaços públicos previstos no Plano de Actividades da autarquia e no Programa de Execução do PDM;	Programa de Execução; Planta de Ordenamento;
Apoiar a promoção do aumento da oferta de alojamento em TER e de outras iniciativas privadas de alojamento e de actividades	Programa de Execução; Regulamento.



VASTUS

Gabinete de Projecto, Planeamento e Ambiente, Lda.

turísticas;	
Assegurar que as iniciativas turísticas a implementar no concelho apresentem viabilidade económica, evitando consequências irreversíveis para o meio;	Programa de Execução; Regulamento.
Assegurar a integridade paisagística e biofísicas dos empreendimentos turísticos a implementar no concelho, promovendo estratégias de turismo sustentáveis;	Programa de Execução; Regulamento.
Estimular as iniciativas que visem a produção e venda de artesanato e produtos regionais, como forma de divulgação, diversificação económica; etc;	Programa de Execução;
Potenciar a criação de novas vocações para o espaço rural, de forma a estancar o despovoamento e a atrair população, quer permanente, quer temporária ou sazonal;	Programa de Execução; Regulamento – Anexo 3 e 4; Planta de Ordenamento;
Incentivar ao desenvolvimento de novos produtos e formas de comercialização inovadoras para escoar a produção agrícola local;	Programa de Execução; Anexo 4 do Regulamento;
Impulsionar a diversidade económica no concelho, atraindo empresas com base na inovação e nos recursos locais;	Programa de Execução;
Concretizar os projectos/acções de valorização da Zona Industrial;	Programa de Execução; Regulamento;
Acompanhar os processos de AIA das actividades industriais, turísticas e outras a instalar no concelho;	Regulamento;
Promover a implementação de Sistemas de Gestão Ambiental para as indústrias aí localizadas;	Regulamento;
Desenvolver formas de estancar o abandono escolar, incentivando a persecução do ensino como forma de melhorar os índices de escolaridade da população Mondinense;	Acções de cariz complementar ao PDM, incorporadas em outros documentos estratégicos (Plano de Desenvolvimento Social, Projecto Educativo, etc)
Promover a adequação da procura e da oferta, no que diz respeito à formação profissional;	Acções de cariz complementar ao PDM, incorporadas em outros documentos estratégicos (Plano de Desenvolvimento Social, Projecto Educativo, etc)
Promover protocolos com instituições de ensino superior, promovendo a I&D no concelho;	Programa de Execução;
Promover a boa Governança em todo o processo de implementação do Plano, disponibilizando à população todos os elementos técnicos daí decorrentes;	Página internet CM Mondim de Basto entre outras formas;
Articular as acções previstas para o território mondinense com os concelhos vizinhos.	Planta de Ordenamento; Planta de Condicionantes; Programa de Execução.



VASTUS

Gabinete de Projecto, Planeamento e Ambiente, Lda.

6.2 - Governança para Acção

Seguidamente é apresentado um quadro de *governança* institucional e de participação, com entidades e acções que permitirão, de forma articulada, atingir os objectivos de sustentabilidade identificados para cada um dos FCD, facilitando a implementação das orientações estratégicas e um melhor desempenho do novo Plano.

Tabela 8 - Governança para Acção

Entidades	Acções
ICNF	Coordenar a gestão do património florestal do Estado, formular e promover a aplicação das políticas para a gestão das áreas comunitárias, regular a gestão dos espaços florestais privados, promover a constituição e o acompanhamento das ZIF, apoiar o associativismo e os modelos de gestão sustentável em áreas privadas e gerir o património edificado; Fornecer dados sobre autorizações de utilizações em área florestais.
Águas do Noroeste, S.A.	Prosseguir com a concepção, construção e gestão do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento do Noroeste; Perseguir os objectivos estabelecidos a nível nacional no que diz respeito ao nível de atendimento do saneamento básico local.
APA	Produzir e actualizar indicadores, metas e objectivos dos diferentes factores ambientais.
ARH	Prosseguir com a definição dos objectivos e metas da protecção dos recursos hídricos locais.
Câmara Municipal de Mondim de Basto	Prosseguir e fomentar o diálogo com as entidades locais (Juntas de Freguesia etc.), regionais (autarquias vizinhas etc.) e nacionais (Ministérios etc.), bem como com a população através de diferentes formas de participação e divulgação pública; Promover o trabalho articulado dos diferentes departamentos internos da Câmara Municipal; Assegurar a concretização dos objectivos e metas do Plano, tanto ao nível de execução como dos objectivos a médio e longo prazo Fazer adequar a rede viária às necessidades locais de mobilidade, diminuindo as assimetrias locais no acesso às diversas funções urbanas; Seguir as metas nacionais e comunitárias em termos de medidas de protecção ambiental e redução de impactes, como por exemplo o nível de atendimento do saneamento básico, entre outros; Proteger a identidade local dos Mondinenses, fomentando as práticas culturais locais; Potenciar actividades de lazer e recreio em espaço natural e rural,



VASTUS

Gabinete de Projecto, Planeamento e Ambiente, Lda.

Entidades	Acções
	<p>preservando esses espaços, promovendo acções de educação ambiental dos seus jovens;</p> <p>Promover a diversidade de actividades económicas, reduzindo a dependência resultante da monoespecialização;</p> <p>Manter a colaboração com o sistema de protecção civil municipal, mantendo actualizados os dados referentes aos riscos naturais e tecnológicos;</p> <p>Potenciar a produção e o consumo de energia ao nível local, proveniente de fontes renováveis.</p>
CCDRN	<p>Prosseguir o apoio técnico à autarquia;</p> <p>Acompanhar e avaliar os resultados de monitorização ambiental nos domínios do ar, ruído e resíduos e garantir a operacionalidade das redes e equipamentos de monitorização;</p> <p>Informar atempadamente da superação dos limiares de alerta em matéria de qualidade do ar, assegurar o cumprimento do regime de prevenção e controlo das emissões poluentes para a atmosfera e promover a elaboração e implementação de planos de acção de melhoria da qualidade do ar;</p> <p>Promover e analisar estudos e pareceres de natureza ambiental ao nível da região.</p>
DGEG	<p>Potenciar a produção de energia proveniente de fontes renováveis, e sensibilizar os cidadãos para a importância das políticas relativas à energia.</p>
DGOTDU	<p>Manter actualizadas as normas técnicas de ordenamento do território e urbanismo, promover a sua adopção, apoiar e avaliar a sua aplicação.</p>
Estradas de Portugal, S.A.	<p>Promover a extensão da rede viária nacional prevista no PRN2000, de acordo com a calendarização definida.</p>
IEFP	<p>Manter actualizada a informação disponibilizada sobre o emprego e formação profissional.</p>
INSAAR e SNIRH	<p>Manter actualizada a informação disponibilizada sobre os indicadores provenientes da monitorização dos recursos hídricos locais.</p>
DGADR	<p>Fornecer dados sobre pareceres de áreas inutilizadas da RAN;</p> <p>Incentivar acções e projectos de intervenção no espaço rural e de programas ou planos integrados de desenvolvimento rural.</p>
DRCN	<p>Manter actualizada a informação disponibilizada sobre o património arqueológico e arquitectónico.</p>
População em geral	<p>Participar activamente nos processos de consulta pública;</p> <p>Adoptar e potenciar a produção (Microgeração) e o consumo de energia ao nível local, proveniente de fontes renováveis.</p>



VASTUS

Gabinete de Projecto, Planeamento e Ambiente, Lda.

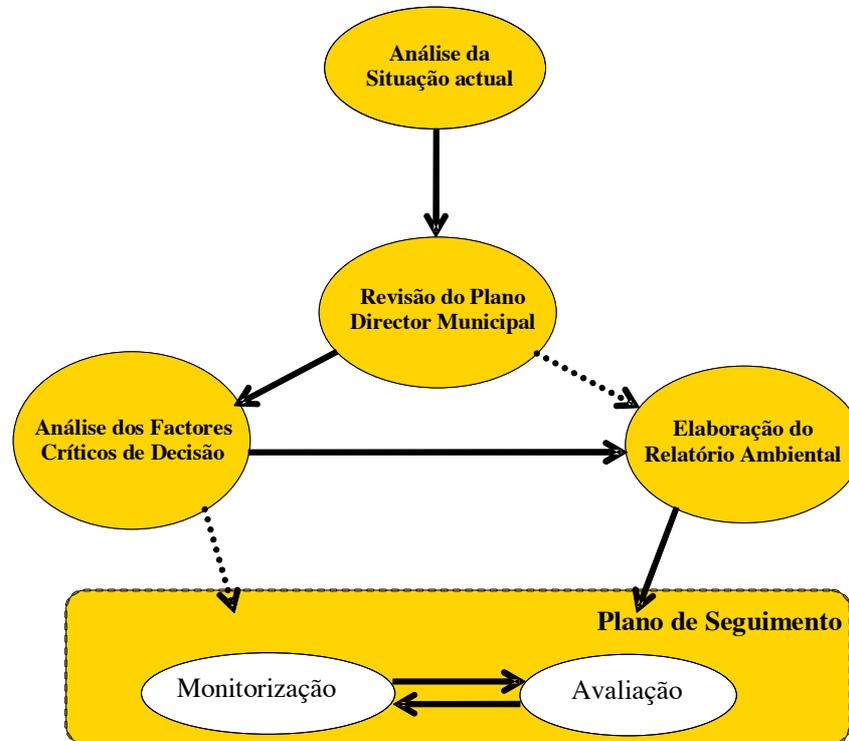
6.3 - Monitorização

Relativamente à fase de implementação do plano, na qual se verifica uma efectiva execução das acções propostas na Revisão do PDM de Mondim de Basto, pretende-se efectuar a monitorização da situação tendencial em cada momento. Para tal foi elaborado um *Plano de Seguimento de Revisão do Plano Director Municipal de Mondim de Basto*, de acordo com o estipulado no art.º 11.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho, onde refere que *“As entidades responsáveis pela elaboração de planos e programas avaliam e controlam os efeitos significativos no ambiente decorrentes da respectiva aplicação e execução (...), a fim de identificar atempadamente e corrigir os efeitos negativos imprevistos”*.

Objectivos do plano de seguimento

Este plano de seguimento consiste em identificar os factores objecto de monitorização, desenvolver um método de seguimento sistemático e eficiente com directrizes que permitam a monitorização e avaliação de desempenho ambiental da execução do novo PDM. Os resultados do controlo são divulgados publicamente por meio electrónico pela entidade responsável pela elaboração do Plano, e remetidos à APA, devendo ser actualizados com uma periodicidade mínima de um ano.

Esquema 1 - Plano de seguimento



De uma forma geral, pretende-se que o *Plano de Seguimento de Revisão do Plano Director de Mondim de Basto* acompanhe e verifique se os seguintes objectivos de sustentabilidade, definidos anteriormente, estão a ser cumpridos:

- Distribuição adequada das funções, com a preservação e protecção do recurso solo;
- Protecção de áreas de maior valor ecológico e de maior fragilidade;
- Controlo da monocultura de espécies florestais, favorecendo as espécies autóctones;
- A exploração dos recursos geológicos com interesse económico local e regional de forma racional e planeada;
- A salvaguarda dos recursos geológicos de relevância para a economia nacional ou regional;



VASTUS

Gabinete de Projecto, Planeamento e Ambiente, Lda.

- A recuperação das explorações desactivadas permitindo uma reintegração na sua paisagem;
- Protecção dos recursos hídricos;
- Protecção e valorização dos Valores Culturais;
- Promoção de um sistema urbano equilibrado e compatível com a evolução demográfica verificada;
- Adequação do consumo de solo destinada à função habitacional;
- Minimização dos impactes relacionados com as actividades humanas;
- Equilíbrio da rede de equipamentos e serviços de proximidade às populações e aumento da qualidade de vida;
- Valorização das actividades económicas apoiadas nos recursos endógenos;
- Dinamização da actividade turística e captação de produtos turísticos sustentáveis;
- Dinamização dos espaços de actividades económicas;
- Aumentar a qualificação da população activa, compatibilizando com a estrutura urbana e populacional do município.

Pretende-se que este plano seja simples e com informações claras para permitir um fácil entendimento por parte daqueles que ficarão responsáveis pela monitorização da execução do novo PDM.

Organização do plano de seguimento

A elaboração do *Plano de Seguimento da Revisão do Plano Director Municipal de Mondim de Basto* consistiu na definição de indicadores de seguimento e na sua caracterização, tendo sido determinado para cada um deles uma série de informação relevante para apoiar à sua monitorização, tendo como objectivo final fornecer informação para uma tomada de decisão numa acção futura de Planeamento.



VASTUS

Gabinete de Projecto, Planeamento e Ambiente, Lda.

Foram realizadas *Fichas de Indicadores de Seguimento* individuais onde se encontra informação detalhada sobre os indicadores identificados, tais como os seus objectivos, fórmula de cálculo, fontes, entre outras.

De seguida é apresentada uma *Ficha Tipo* de indicadores de seguimento, onde é explicado, detalhadamente, a informação contida em cada um dos campos da tabela.

Ficha Modelo

1. FACTOR CRÍTICO DE DECISÃO		2. INDICADOR	
Temas que suportam a avaliação ambiental		Expressa o indicador a monitorizar	
3. OBJECTIVO			
• Objectivo a alcançar com a monitorização do indicador			
4. FÓRMULA DE CÁLCULO		5. FONTES	
Fórmula de cálculo do indicador		Fontes de informação para recolha de dados necessários para o cálculo do indicador	
6. NECESSIDADES TÉCNICAS			
Descreve a necessidade de solicitar pessoal técnico especializado ou de providenciar formação aos técnicos que farão a monitorização			
7. VALORES DE REFERÊNCIA		8. TENDÊNCIA DESEJÁVEL	
Valores de base para avaliação do indicador		Evolução desejável do indicador	
9. SINAIS DE ALERTA		10. SINAIS PARA INTERVENÇÃO	
Medida do indicador que indica a necessidade de aplicação de uma medida de intervenção		Medida do indicador que indica o total incumprimento do plano, sendo necessário aplicar medidas correctivas	

Indicadores de Seguimento

Para monitorização do novo Plano Director Municipal de Mondim de Basto foi seleccionado pelo menos um indicador para cada objectivo de sustentabilidade proposto.



VASTUS

Gabinete de Projecto, Planeamento e Ambiente, Lda.

A selecção destes indicadores teve como principal critério a sua polivalência e capacidade de resposta à avaliação dos objectivos propostos.

Alguns destes indicadores foram definidos no *Relatório de Factores Críticos* (definição de âmbito) e permitiram orientar os estudos efectuados no âmbito do *Relatório Ambiental*. No entanto, e como forma de realizar uma monitorização mais eficiente foram alterados uns e adicionados novos indicadores, como são exemplo a evolução do numero de explorações de massas minerais licenciadas, e a densidade de edifícios por perímetros urbanos seguindo em anexo ao RA as fichas individuais de cada um.

Tabela 9 - Indicadores de Seguimento

Factor Crítico de Decisão	Critérios de Avaliação	Indicadores de Seguimento
Recursos Naturais e Culturais	Solo	I - Desafecção de áreas de RAN; II - Nº de licenciamentos em <i>Solo Rural</i>
	Ecosistemas e Áreas Classificadas	III - Desafecção de áreas de REN; IV - Acções para restauração ecológica.
	Recursos Florestais	V - Evolução do espaço florestal; VI - Incêndios Florestais.
	Recursos Geológicos	VII - Nº de explorações de massas minerais licenciadas; VIII - Rácio de explorações recuperadas/total
	Recursos Hídricos	IX - Monitorização da qualidade da água para consumo humano; X - Monitorização da qualidade da água superficial (Rio Tâmega); XI - Taxa de atendimento do saneamento básico (público).
	Recursos Arquitectónicos e Arqueológicos	XII - Imóveis com valor patrimonial identificados alvos de intervenção.
Sistema Urbano e População	Estrutura do Povoamento	XIII - Densidade de edifícios por perímetro urbano XIV - N.º de reconstruções e reabilitações/100 construções novas;
	Efeitos Antrópicos	XV - Recolha selectiva de resíduos (%).
	Equidade Social	XVI - Taxa de ocupação das respostas sociais
Actividades Económicas	Desenvolvimento Local	XVII - Quantidade e valor da produção das pedreiras
		XVIII - Variação do Nº de turistas/ano;

		XIX - Capacidade de alojamento em estabelecimentos TER e de Turismo de Natureza/capacidade total de alojamento.
		XX – Taxa de ocupação da ZI
	Emprego	XXI - Qualificações da população empregada; XXII – Nº de iniciativas de formação profissional;

7 – Conclusões

Em jeito de conclusão, apresenta-se uma tabela que, de alguma forma, sintetiza o que foi explanado anteriormente, mostrando a situação actual ao nível dos objectivos de sustentabilidade, mas também a situação previsionial com a manutenção do actual PDM, bem como a situação que se prevê com a adopção do PDM revisto, sendo uma forma visual simplificada de comparar os dois cenários para o território em análise.

Tabela 10 - Análise comparativa dos objectivos de sustentabilidade

FCD	CrITÉrios de Avaliação	Objectivos de Sustentabilidade Situação Actual	Evolução tendencial com PDM em vigor	Evolução tendencial com PDM proposto
Recursos Naturais e Culturais	Solo	Distribuição adequada das funções, com a preservação e protecção do recurso solo	←	→
	Ecosistemas e Áreas Classificadas	Protecção de áreas de maior valor ecológico e de maior fragilidade	←	→
	Recursos Florestais	Controlo da monocultura de espécies florestais, favorecendo as espécies autóctones, em detrimento das espécies de crescimento rápido	→	→
	Recursos Geológicos	A exploração dos recursos geológicos com interesse económico local e regional de forma racional e planeada, salvaguardando-os e promovendo a recuperação ambiental das explorações desactivadas	←	→
	Recursos Hídricos	Protecção dos recursos hídricos	←	→
	Recursos Arquitectónicos e Arqueológicos	Protecção e valorização dos Valores Culturais.	=	→
Sistema urbano e população	Estrutura do Povoamento	Promoção de um sistema urbano equilibrado e compatível com a evolução demográfica verificada	←	→
		Adequação do consumo de solo destinada à função habitacional	=	→
	Efeitos Antrópicos	Minimização dos impactes relacionados com as actividades humanas	→	→
	Equidade Social	Equilíbrio da rede de equipamentos e serviços de proximidade às populações e aumento da qualidade de vida	←	→



VASTUS

Gabinete de Projecto, Planeamento e Ambiente, Lda.

Actividades Económicas	Desenvolv. Local	Valorização das actividades económicas apoiadas nos recursos endógenos	←	=
		Dinamização da actividade turística e captação de produtos turísticos sustentáveis	=	→
		Dinamização dos espaços de actividades económicas	=	=
	Emprego	Aumentar a qualificação da população activa, compatibilizando com a estrutura urbana e populacional do município	→	→

LEGENDA				
Tendência de Evolução	←	=	→	
	Negativa Afastamento dos objectivos e metas	Sem alteração significativa	Positiva Aproximação aos objectivos e metas	
Distância aos objectivos de sustentabilidade	Muito Distante	Distante	Próximo	Muito Próximo

A Revisão do PDM de Mondim de Basto, procura suprir as várias debilidades ao nível do ordenamento municipal e planeamento territorial, identificadas ao longo da implementação desse Plano, sendo substituído por um outro, mais adequado à realidade socioeconómica, cultural e ambiental do território mondinense, permitindo correcções técnicas dos vários elementos que constituem o PDM em vigor e uma actualização da informação cartográfica digital desse IGT.

A AA da Revisão do PDM de Mondim de Basto, foi efectuada numa fase já bastante adiantada do processo de elaboração deste, mas foi possível verificar a integração, pela equipa técnica responsável pela elaboração do PDM, das questões ambientais na elaboração do mesmo, reflectindo este também o contributo da Comissão de Acompanhamento nas questões de sustentabilidade do território concelhio.

Assim, as propostas apresentadas na Revisão do PDM de Mondim de Basto, que aqui se avalia, não apresentam consequências negativas intransponíveis para o ambiente e são globalmente positivas em comparação com o PDM actual, seguindo os objectivos e metas emanadas de outros planos de escala superior.



VASTUS

Gabinete de Projecto, Planeamento e Ambiente, Lda.

Ainda assim importa monitorizar a implementação do Plano, sobretudo as acções que derivam dos objectivos estratégicos como são por exemplo a aposta na vertente turística do concelho, que poderá trazer impactes não desejáveis ao nível ambiental.

Os principais impactes identificados são positivos, sobretudo ao nível da salvaguarda do património natural e cultural, sendo identificados pelo novo Plano como um dos objectivos a sua protecção e valorização.

Mas também a adequação dos usos do solo de acordo com a evolução da ocupação verificada nos últimos anos, propondo medidas de controlo da expansão urbana difusa, adequando também o ordenamento do território com as áreas de maior valor ecológico.

A revisão do PDM de Mondim de Basto, apresenta-se como ferramenta de ajuda no combate nas assimetrias locais, promovendo uma melhoria das condições de vida das populações nas freguesias de origem, e um maior e melhor equilíbrio territorial.

Muitos dos impactes sobre o ambiente só poderão ser “medidos” ao nível dos projectos a desenvolver no futuro.

A implementação do *Plano de Seguimento* surge como uma necessidade de conhecer a evolução dos FCD identificados e respectivos indicadores, de forma a poder optimizar as oportunidades resultantes da aplicação do PDM revisto e minimizar as ameaças identificadas.

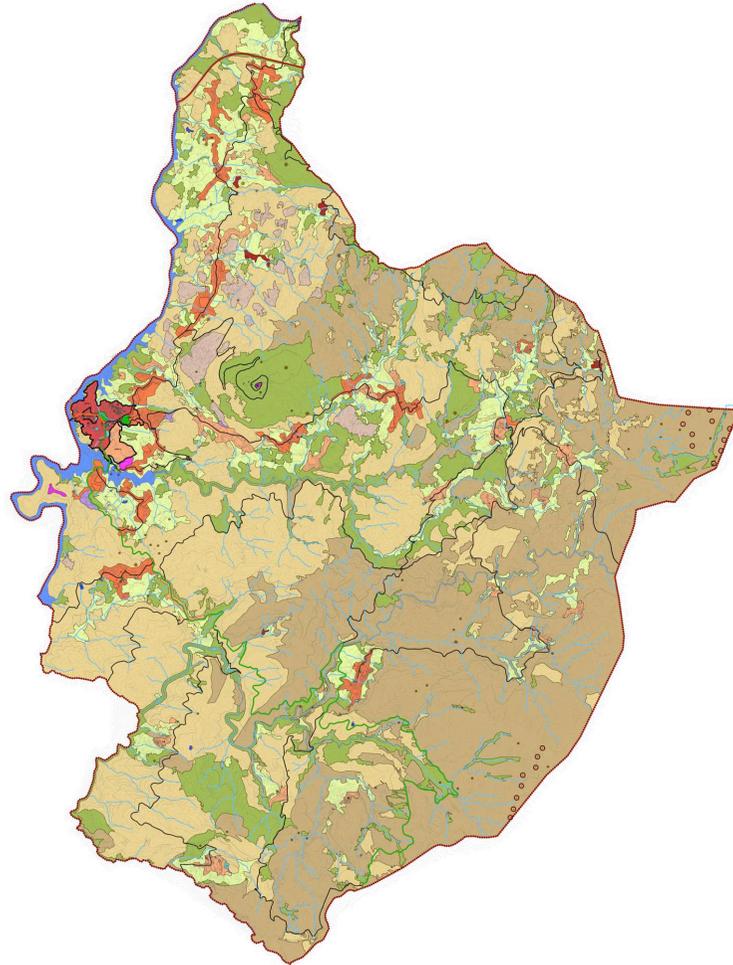
8 – Plantas de Ordenamento e Condicionantes



VASTUS

Gabinete de Projecto, Planeamento e Ambiente, Lda.

Anexo I – Planta de Ordenamento





VASTUS

Gabinete de Projecto, Planeamento e Ambiente, Lda.

Anexo II – Planta de Condicionantes

